



**INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
PLANEJAMENTO  
TRIBUTÁRIO**

# **2009 – CARGA TRIBUTÁRIA PRIMEIRO TRIMESTRE**

***Gilberto Luiz do Amaral  
João Eloi Olenike  
Letícia Mary Fernandes do Amaral  
Fernando Steinbruch***

***17 de junho de 2009***

## **CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA ATINGE 38,45 DO PIB NO 1º TRIMESTRE DE 2009, COM RECUO DE 0,5 PONTO PERCENTUAL**

- *Carga tributária brasileira apresenta recuo, atingindo 38,45% do PIB do 1º Trimestre de 2009;*
- *Queda é de 0,5 ponto percentual em relação ao PIB;*
- *Tributos federais (excluindo Previdência e FGTS) apresentaram recuo de 1,48 ponto percentual;*
- *Arrecadação previdenciária federal cresceu 0,52% ponto percentual;*
- *Arrecadação do FGTS cresceu 0,15%;*
- *No total da arrecadação de tributos federais houve recuo de 0,81 ponto percentual;*
- *Arrecadação de tributos estaduais cresceu 0,33 ponto percentual e de tributos municipais recuou 0,02 ponto percentual;*
- *O total arrecadado no primeiro trimestre de 2009 foi de R\$ 263,22 bilhões, contra R\$ 259,22 bilhões do primeiro trimestre de 2008;*
- *Crescimento nominal foi de 1,54%;*
- *A arrecadação total apresentou crescimento nominal de R\$ 4,00 bilhões, sendo que os tributos federais tiveram recuo de R\$ 0,55 bilhão, os estaduais cresceram R\$ 4,24 bilhões e os municipais R\$ 0,30 bilhão.*
- *Nos últimos doze meses (abril de 2008 a março de 2009) carga tributária é de 36,46% do PIB;*

- *INSS foi o tributo que teve o maior aumento nominal (R\$ 4,70 bilhões), seguido de Outros Tributos Estaduais – IPVA, ITCMD, Taxas (R\$ 2,32 bilhões) e do ICMS (R\$ 1,87 bilhão);*
- *No tocante à queda, a COFINS apresentou o maior recuo nominal (R\$ 3,22 bilhões), seguido do IPI (R\$ 2,14 bilhões) e da CIDE – Combustíveis (R\$ 1,87 bilhão);*
- *Nominalmente, os tributos federais (total) apresentaram recuo de 0,31%, os estaduais cresceram 6,19% e os municipais cresceram 1,90%.*

Conforme divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Produto Interno Bruto – PIB, a preços de mercado, totalizou R\$ 684,61 bilhões no primeiro trimestre de 2009.

A somatória da arrecadação de todos os tributos federais, estaduais e municipais foi de R\$ 263,22 bilhões neste mesmo período, contra R\$ 259,22 bilhões no primeiro trimestre de 2008 (crescimento nominal de R\$ 4,00 bilhões), atingindo, assim **38,45% do PIB**.

No primeiro trimestre do ano passado, a carga tributária foi de 38,95% sobre o PIB, apresentando, portanto, recuo de 0,5 ponto percentual. Desde 2006, é a primeira vez que há diminuição da carga tributária.

Tradicionalmente, é no primeiro trimestre de cada ano que este índice atinge seu maior nível, em virtude da menor atividade econômica, aliada à concentração no vencimento de tributos, como Imposto de Renda Pessoa Jurídica, IPVA, e IPTU e o recolhimento de tributos referente dezembro do ano anterior (ICMS, PIS e COFINS).

Verifique a relação da arrecadação tributária em relação ao PIB dos últimos anos (base 1º trimestre):

CARGA TRIBUTÁRIA/PIB	
1º TRIM/2002	33,06%
1º TRIM/2003	34,78%
1º TRIM/2004	35,39%
1º TRIM/2005	36,36%
1º TRIM/2006	35,76%
1º TRIM/2007	36,46%
1º TRIM/2008	38,95%
1º TRIM/2009	38,45%

## TABELAS

### 1) ARRECADAÇÃO MENSAL DOS TRIBUTOS (2009):

Em R\$ Bilhões

TRIBUTOS	jan-09	fev-09	mar-09
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	1,45	1,23	1,61
IPI	2,48	2,09	2,23
IMPOSTO SOBRE A RENDA	21,05	11,62	15,92
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	1,49	1,46	1,30
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,01	0,01	0,01
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	0,01	0,01	0,04
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	9,08	7,54	8,30
PIS / PASEP	2,53	2,14	2,30
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	5,10	3,21	4,53
CIDE - COMBUSTÍVEIS	0,03	0,04	0,05
FUNDAF	0,02	0,02	0,02
OUTRAS RECEITAS	3,74	1,83	1,82
<b>TOTAL DA RECEITA FEDERAL</b>	<b>47,01</b>	<b>31,19</b>	<b>38,14</b>
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	14,91	14,44	15,65
<b>TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS</b>	<b>61,92</b>	<b>45,63</b>	<b>53,79</b>
FGTS	4,06	4,34	4,73
<b>TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS</b>	<b>65,97</b>	<b>49,97</b>	<b>58,52</b>
ICMS	17,91	17,92	17,57
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	1,58	1,58	1,56
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	6,44	4,01	4,10

<b>TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS</b>	25,92	23,52	23,22
TRIBUTOS MUNICIPAIS	4,87	5,49	4,69
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	0,34	0,35	0,35
<b>TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS</b>	5,21	5,84	5,04
<b>TOTAL</b>	97,11	79,32	86,79

## 2) ARRECAÇÃO TRIMESTRAL:

Em R\$ Bilhões

TRIBUTOS	2008 - I	2008 - II	2008 - III	2008 - IV	2009 - I
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	3,59	3,86	4,50	5,28	4,29
IPI	8,95	9,35	10,65	10,52	6,81
IMPOSTO SOBRE A RENDA	48,15	47,21	45,76	50,64	48,59
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	4,48	5,19	5,36	5,32	4,25
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,03	0,03	0,26	0,15	0,03
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	0,93	0,15	0,04	0,03	0,06
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	28,15	29,62	31,61	31,43	24,93
PIS / PASEP	7,50	7,65	8,25	8,20	6,97
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	11,07	11,53	10,84	10,54	12,84
CIDE - COMBUSTÍVEIS	1,98	1,60	1,19	1,17	0,12
FUNDAF	0,06	0,06	0,06	0,07	0,06
OUTRAS RECEITAS	8,07	9,33	10,78	10,69	7,39
<b>TOTAL DA RECEITA FEDERAL</b>	<b>122,96</b>	<b>125,57</b>	<b>129,28</b>	<b>134,03</b>	<b>116,33</b>
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	40,31	42,10	44,13	53,94	45,00
<b>TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS</b>	<b>163,27</b>	<b>167,67</b>	<b>173,41</b>	<b>187,97</b>	<b>161,34</b>
FGTS	11,75	11,13	11,50	12,99	13,13
<b>TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS</b>	<b>175,01</b>	<b>178,81</b>	<b>184,90</b>	<b>200,96</b>	<b>174,46</b>
ICMS	51,53	53,90	57,64	59,17	53,39
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	4,67	4,65	4,53	3,93	4,72
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	12,23	7,30	5,59	4,84	14,55
<b>TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS</b>	<b>68,43</b>	<b>65,84</b>	<b>67,76</b>	<b>67,94</b>	<b>72,67</b>
TRIBUTOS MUNICIPAIS	14,78	11,15	9,15	6,70	15,04
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	1,01	1,04	1,28	1,73	1,04
<b>TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS</b>	<b>15,79</b>	<b>12,19</b>	<b>10,44</b>	<b>8,43</b>	<b>16,09</b>
<b>TOTAL</b>	<b>259,22</b>	<b>256,84</b>	<b>263,10</b>	<b>277,33</b>	<b>263,22</b>
<b>PIB</b>	665,64	729,59	747,34	747,15	684,61
<b>ARRECAÇÃO / PIB</b>	<b>38,95%</b>	35,20%	35,20%	37,12%	<b>38,45%</b>

### 3) VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA:

A arrecadação total apresentou crescimento nominal de R\$ 4,00 bilhões, sendo que os tributos federais tiveram recuo de R\$ 0,55 bilhão, os estaduais cresceram R\$ 4,24 bilhões e os municipais R\$ 0,30 bilhão.

O maior crescimento nominal (em R\$) do 1º. Trimestre de 2009, em relação ao mesmo período de 2008, foi do INSS (R\$ 4,70 bilhões), seguido de Outros Tributos Estaduais – IPVA, ITCMD, Taxas (R\$ 2,32 bilhões) e do ICMS (R\$ 1,87 bilhão);

No tocante à queda, a COFINS apresentou o maior recuo nominal (R\$ 3,22 bilhões - 11,45%), seguido do IPI (R\$ 2,14 bilhões - 23,91%) e da CIDE – Combustíveis (R\$ 1,87 bilhão - 94,15%);

Ainda nominalmente, os tributos federais (total) apresentaram recuo de 0,31%, os estaduais cresceram 6,19% e os municipais cresceram 1,90%.

#### ARRECADAÇÃO NOMINAL – EM R\$ BILHÕES

TRIBUTOS	2008 - I	2009 - I	Variação Nominal	Variação %
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	3,59	4,29	0,69	19,31%
IPI	8,95	6,81	- 2,14	-23,91%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	48,15	48,59	0,44	0,91%
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	4,48	4,25	- 0,22	-4,98%
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,03	0,03	- 0,01	-16,13%
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	0,93	0,06	- 0,86	-93,30%
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	28,15	24,93	- 3,22	-11,45%
PIS / PASEP	7,50	6,97	- 0,53	-7,02%
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	11,07	12,84	1,77	16,01%

CIDE – COMBUSTÍVEIS	1,98	0,12	- 1,87	-94,15%
FUNDAF	0,06	0,06	0,00	0%
OUTRAS RECEITAS	8,07	7,39	- 0,68	-8,47%
<b>TOTAL DA RECEITA FEDERAL</b>	<b>122,96</b>	<b>116,33</b>	<b>- 6,63</b>	<b>-5,39%</b>
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	40,31	45,00	4,70	11,65%
<b>TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS</b>	<b>163,27</b>	<b>161,34</b>	<b>- 1,93</b>	<b>-1,18%</b>
FGTS	11,75	13,13	1,38	11,78%
<b>TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS</b>	<b>175,01</b>	<b>174,46</b>	<b>- 0,55</b>	<b>-0,31%</b>
ICMS	51,53	53,39	1,87	3,62%
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	4,67	4,72	0,05	1,09%
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	12,23	14,55	2,32	18,98%
<b>TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS</b>	<b>68,43</b>	<b>72,67</b>	<b>4,24</b>	<b>6,19%</b>
TRIBUTOS MUNICIPAIS	14,78	15,04	0,27	1,82%
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	1,01	1,04	0,03	3,00%
<b>TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS</b>	<b>15,79</b>	<b>16,09</b>	<b>0,30</b>	<b>1,90%</b>
			-	
<b>TOTAL</b>	<b>259,22</b>	<b>263,22</b>	<b>4,00</b>	<b>1,54%</b>

#### 4) CARGA TRIBUTÁRIA ACUMULADA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES:

A carga tributária acumulada dos últimos doze meses teve uma leve queda. No período de janeiro a dezembro de 2007, a carga tributária atingiu 35,54% do PIB, passando para 36,18% no período de abril de 2007 a março de 2008, para 36,56% durante o ano de 2008 e chegando a 36,46% do PIB nos últimos doze meses.

CARGA TRIBUTÁRIA	Jan- Dez 07	Abr 07 - Mar08	Jan – Dez 08	Abr 08 – Mar 09
------------------	-------------	-------------------	--------------	--------------------

<b>ARRECAÇÃO TOTAL R\$ BILHÕES</b>	923,24	960,71	1.056,50	1.060,49
PIB	2.597,61	2.655,11	2.889,72	2.908,68
ARRECAÇÃO / PIB	<b>35,54%</b>	<b>36,18%</b>	<b>36,56%</b>	<b>36,46%</b>

## METODOLOGIA DO ESTUDO E BASE DE DADOS

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário faz o acompanhamento regular da carga tributária. No setor público a Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES ([www.federativo.bndes.gov.br](http://www.federativo.bndes.gov.br)), o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), a Secretaria da Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)) e o TCU – Tribunal de Contas da União ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)) fazem o mesmo levantamento. Mas, a falta de uma metodologia oficial de cálculo faz com que cada uma das entidades ou órgãos utilize critérios diferentes entre si, havendo diferenças entre os resultados, sem contudo comprometer os objetivos de cada um deles, que é prestar informações sobre o montante de recursos transferidos da economia para os poderes públicos federal, estaduais e municipais. Assim como a inflação é medida por diversos índices, calculados por entidades públicas e privadas, as estatísticas da carga tributária permitem à sociedade não ficar refém de pesquisas governamentais.

As diferenças entre as metodologias dos estudos residem em alguns fatores, com a constatação que todos os levantamentos utilizam a mesma base de dados para o cálculo das arrecadações federais (Secretaria da Receita Federal, INSS e Caixa Econômica Federal) e estaduais (CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária):

- a) Receita Federal: não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das contribuições

corporativas e das custas judiciais; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais;

- b) IBGE: não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares;
- c) SF – BNDES: faz uma estimativa dos tributos municipais, através de um levantamento preliminar das arrecadações das três principais capitais (São Paulo, Rio de Janeiro de Janeiro de Belo Horizonte); e, faz uma estimativa dos valores de outros tributos cuja arrecadação não é conhecida, utilizando a mesma variação dos tributos conhecidos;
- d) IBPT – considera todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo (tributos mais multas, juros e correção); para o levantamento das arrecadações estaduais e do Distrito Federal utiliza como base de dados, além do CONFAZ, os valores divulgados pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois alguns estados demoram a entregar seus relatórios ao CONFAZ; quanto às arrecadações municipais, faz um acompanhamento dos números divulgados por 1.213 municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também através dos números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas dos Estados.

- - -



## **ESTUDO E PESQUISA DE RESPONSABILIDADE:**

### **IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário**

*Entidade criada em 11/12/92, cujo objetivo é a difusão de sistemas de economia legal de impostos; divulgação científica do tema; estudo de informações técnicas para a apuração e comparação da carga tributária individual e dos diversos setores da economia; e, análise dos dados oficiais sobre os tributos cobrados no Brasil.*

[www.ibpt.com.br](http://www.ibpt.com.br)

## **COORDENAÇÃO:**

*Dr. GILBERTO LUIZ DO AMARAL, advogado tributarista, auditor, consultor de empresas, professor de pós-graduação em direito e planejamento tributário.*

[gilberto@ibpt.com.br](mailto:gilberto@ibpt.com.br)

*Prof. JOÃO ELOI OLENIKE, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário.*

[olenike@ibpt.com.br](mailto:olenike@ibpt.com.br)

*Dr. FERNANDO STEINBRUCH, advogado tributarista, consultor de empresas, professor do IBPT.*

[fernando@ibpt.com.br](mailto:fernando@ibpt.com.br)

*Dra. LETÍCIA MARY FERNANDES DO AMARAL, advogada tributarista, consultora internacional, professora de direito tributário.*

[leticia@ibpt.com.br](mailto:leticia@ibpt.com.br)